

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Popular (Go) Class.: 52Data: 28.12.84 Pg.: _____

Índios Apinajé reiniciam demarcação da reserva

Suspensa há véspera do Natal, foi reiniciada ontem, pelos índios, a demarcação da reserva dos Apinajé, no município de Tocantinópolis, no Norte do Estado. A informação é do delegado da Ajudância da Funai de Araguaína, antropólogo Gilberto Azanha. Ele disse que os silvícolas "esperaram demais" por um topógrafo que deveria ir para a área e, como isso não ocorreu, recomeçaram as picadas, com o objetivo de demarcar os 148 mil hectares pretendidos pelos indígenas e que estão sendo objeto de litígio:

Por outro lado, cerca de 20 soldados do destacamento da Polícia Militar de Araguaína estão em Tocantinópolis, sob o comando de um tenente. A missão deles, segundo explicou a corporação, é de apenas garantir a segurança pública na cidade, evitando que brancos se desloquem até a aldeia e que índios permaneçam em Tocantinópolis. A medida visa impedir que hajam confrontos entre brancos e indígenas. Quando estes precisam ir à cidade, o fazem escoltados por PMs. O clima é de tensão.

DUAS VERSÕES

O episódio está sendo narrado através de duas versões, vinculadas a ambas as partes envolvidas no litígio - os índios e a Funai, de um lado, e os políticos, fazendeiros e posseiros, de outro. Enquanto a Funai argumenta que não houve acordo para suspensão da demarcação, a outra parte diz que isso ocorreu e alega, inclusive, que a solução do problema depende, basicamente, de três providências - a imediata suspensão da

demarcação pelos índios, baseando-se na premissa de que, para ter valor legal, precisa do aval do Getat (Grupo de Terras do Araguaia/Tocantins); a retirada de índios Kraó que - alegam - ainda estariam na aldeia Apinajé, ajudando-os nesse trabalho; e, finalmente, a substituição de altos funcionários da Funai que trabalham em reservas indígenas no Norte do Estado, os quais estão sendo acusados de incitar os índios a se rebelarem contra os posseiros.

AMEAÇAS

Gilberto Azanha se diz ameaçado de morte constantemente pelo vereador Bonifácio Gomes, do PDS de Tocantinópolis, o qual esteve recentemente em O POPULAR fazendo denúncias contra o Azanha e outros funcionários da Funai. Sobre Bonifácio, ele disse que se trata de alguém que qualifica como "agressor", "agitador" e até "bandido" que estaria incitando os posseiros contra os índios. Justifica a posição da Funai em favor dos índios para mostrar que a instituição está cumprindo "o seu dever legal" e critica o Vereador denunciando que só tem interesses políticos no assunto, lamentando, inclusive, que esteja agindo "livremente", "impunemente", fato que considera "estranho".

A Polícia Militar fez questão de ressaltar que sua participação no episódio é somente no sentido de garantir a segurança pública à cidade de Tocantinópolis, porque a interferência no litígio propriamente dito cabe a órgãos federais, no caso a Polícia Federal, o Getat e a Funai.

Terena responsabiliza Getat

Para o Chefe de Gabinete da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcos Terena, a responsabilidade pelo eventual agravamento dos conflitos entre os Apinajé de Tocantinópolis e as famílias de posseiros que estão na reserva indígena é do Getat, do Ministério do Interior e do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

O problema - segundo Terena - é que os índios exigem a demarcação imediata de suas terras e a retirada dos posseiros, mas a Funai não tem poder legal para autorizar a demarcação, porque o Getat é responsável pela região. Falando à imprensa, ele declarou que, apesar de ter consciência da gravidade da situação, "o Getat não tem comparecido às reuniões que solicitamos, nem tem respondido aos comunicados oficiais enviados pela Funai pedindo providências".

ALERTA

Marcos Terena também alertou as autoridades para o problema, observando que, apesar da gravidade da situação, "o Ministério do Interior, o Getat e o Ministério para Assuntos Fundiários estão mais preocupados em arrumar as malas neste final de Governo do que em buscar soluções para os problemas pendentes. Eles estão querendo deixar este problema para o próximo Governo".

Os líderes indígenas estão tentando marcar audiência com representantes do Banco Mundial, no Rio. Terena informou que o Projeto Grande Carajás abrange a área do conflito. E comentou: "O Banco Mundial, ao financiar o projeto, estabeleceu como condição a regularização da situação fundiária e a demarcação das terras indígenas. Estes itens não estão sendo cumpridos pelo Governo brasileiro."